

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo

Qual seria a nossa Big Beautiful Bill?

A Big Beautiful Bill foi recebida no Brasil mais como um episódio da política americana do que como um fato econômico de alcance internacional. É compreensível. Donald Trump desperta reações fortes e frequentemente atrai a atenção para sua figura teatral. Ainda assim, reduzir a discussão à polarização americana significa ignorar uma questão muito mais interessante: por que a maior economia do mundo decidiu voltar a falar de indústria, investimento produtivo, capacidade tecnológica e atração de capital em uma escala que não se via há décadas?

A resposta ajuda a compreender a transformação da economia global. Durante anos, os Estados Unidos conviveram com déficits comerciais recorrentes, déficits fiscais crescentes e a transferência de parcelas importantes de sua capacidade industrial para outras regiões do mundo. A ascensão da China como potência manufatureira e tecnológica alterou esse equilíbrio e levou Washington a reavaliar prioridades. A Big Beautiful Bill faz parte desse movimento.

Entre seus instrumentos estão mecanismos de depreciação acelerada, incentivos ao investimento produtivo, estímulos à expansão industrial e medidas voltadas à atração de empreendimentos considerados estratégicos. Em termos simples, trata-se de reduzir o custo do investimento, melhorar o retorno do capital e tornar o território americano

mais atraente para empresas, tecnologia e produção. Quando uma empresa consegue recuperar mais rapidamente o investimento realizado em fábricas, equipamentos ou infraestrutura tecnológica, o projeto torna-se mais rentável e a decisão de investir torna-se mais fácil.

Os sinais emitidos pelo mercado sugerem que essa mensagem foi compreendida. A Apple anunciou investimentos superiores a US\$ 500 bilhões nos Estados Unidos. A TSMC ampliou seus planos para cerca de US\$ 165 bilhões. O projeto Stargate, envolvendo OpenAI, SoftBank e Oracle, trabalha com cifras que podem alcançar US\$ 500 bilhões em infraestrutura voltada à inteligência artificial. Empresas japonesas, coreanas, taiwanesas e europeias ampliam sua presença produtiva em território americano, enquanto capitais oriundos do Oriente Médio participam da mesma corrida por tecnologia, energia e capacidade industrial.

Esse movimento não é uma exclusividade americana. A Arábia Saudita, os Emirados Árabes e a Índia também reorganizam suas estratégias para atrair investimentos, tecnologia e produtividade. Mesmo a Europa, historicamente mais regulada, voltou a discutir competitividade com uma intensidade que parecia esquecida.

Nesse contexto, talvez a comparação mais desconfortável para o Brasil esteja logo ao lado. Sem possuir nosso mercado consumidor, nossa escala econômica ou nossos recursos naturais, o Paraguai

vem atraindo empresas brasileiras por meio de energia barata, simplicidade tributária, previsibilidade regulatória e custos operacionais reduzidos. Quando uma empresa decide produzir além da fronteira, não está apenas mudando de endereço; está emitindo um julgamento econômico sobre o ambiente de negócios que considera mais favorável.

A disputa contemporânea tampouco se limita ao capital. Ela alcança os talentos. Boa parte da liderança tecnológica americana foi construída por imigrantes ou filhos de imigrantes atraídos por universidades de excelência, mercados sofisticados e abundância de capital de risco. O brasileiro Eduardo Saverin é apenas um entre milhares de exemplos. Os Estados Unidos compreenderam há muito tempo que cérebros também são ativos estratégicos. O Brasil, que entre o final do século XIX e o início do século XX foi um país aberto à imigração e à incorporação de capacidades produtivas, raramente discute como atrair capital humano qualificado ou transformar conhecimento em vantagem competitiva.

O contraste deve servir para reflexão. Continuamos figurando entre os principais destinos de investimento estrangeiro direto do mundo e possuímos ativos extraordinários: energia limpa, recursos minerais estratégicos, agronegócio competitivo, biodiversidade incomparável e um mercado interno de dimensão continental. Ainda assim, convivemos com projetos travados por anos, insegurança regulatória, custos de transação elevados e uma burocracia persistente. O peso do chamado red tape continua sendo um dos principais freios ao investimento.

Os Estados Unidos decidiram reduzir o custo do investimento. O Paraguai decidiu reduzir o custo da produção. O Brasil continua convivendo com o custo da complexidade e com juros estratosféricos.

A urgência dessa reflexão torna-se mais evidente quando observamos os resultados. O crescimento brasileiro das últimas duas décadas foi modesto para uma economia com os ativos que possui. Quando descontado o crescimento populacional, o avanço da renda por habitante revela desempenho ainda mais limitado. No mesmo período, diversas economias asiáticas ampliaram a produtividade, atraíram investimentos e consolidaram posições de destaque em setores estratégicos.

A relevância da Big Beautiful Bill para o Brasil não está em seus detalhes legislativos nem na possibilidade de reproduzi-la integralmente. Sua utilidade está em expor uma diferença de atitude diante de um mundo que voltou a disputar investimentos, tecnologia, produtividade, fábricas e talentos com intensidade crescente.

A questão que emerge dessa discussão é menos americana do que brasileira. Ela não diz respeito ao que os Estados Unidos decidiram fazer de si mesmos. Diz respeito ao que pretendemos fazer de nós mesmos. Em algum momento será necessário transformar vantagens em estratégia, estratégia em investimento e investimento em prosperidade. Poucas discussões serão tão importantes para o próximo ciclo político brasileiro quanto essa. E essa decisão ainda não foi tomada.

YORKI OSWALDO ESTEFAN

Presidente do SindusCon-SP

Trilhas Profissionais: um novo caminho para a carreira na construção civil

Há anos, a construção civil reclama da falta de mão de obra. É difícil encontrar profissionais qualificados e, ao mesmo tempo, atrair gente nova para o setor. Esse é um problema que as empresas enfrentam diariamente.

Mas, depois de tanto falar sobre a falta de trabalhadores, chegou o momento de apresentar uma solução.

Foram dois anos de trabalho, discussão e diálogo entre empresas e trabalhadores. E, para mim, essa união é um dos pontos mais importantes das Trilhas Profissionais da Construção, iniciativa

que o SindusCon-SP e seus parceiros lançarão no início de setembro.

O ponto de partida é simples: a construção precisa deixar claro que não oferece apenas emprego. Proporciona carreira. Muita gente talvez não saiba, mas o setor paga bons salários. A remuneração média de entrada está em torno de R\$ 2,4 mil, entre as mais competitivas da economia brasileira. Em São Paulo, capital, um mestre de obras pode receber entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil.

Quem pensa em ingressar na construção pode não saber por onde começar,

o que precisa aprender ou quais competências são necessárias para avançar. E quem já está no setor nem sempre consegue visualizar até onde pode chegar profissionalmente.

As Trilhas Profissionais foram criadas justamente para dar respostas a essas questões.

A proposta é organizar as carreiras, estabelecer critérios de qualificação e certificação e mostrar ao trabalhador um caminho concreto de evolução profissional. As empresas que aderirem ao programa passarão a adotar os mesmos degraus de evolução e sete linhas de qualificação, criando uma referência comum e ajudando a uniformizar as carreiras no setor.

Também vamos atualizar nomenclaturas que já não representam adequadamente as competências exigidas hoje,

como as de servente e pedreiro.

Há ainda outro compromisso, investir em qualificação. O Senai-SP será parceiro nessa jornada, com formação conectada às necessidades reais dos canteiros. A ideia é levar conhecimento para mais perto de onde o trabalho acontece e preparar profissionais para uma construção cada vez mais tecnológica, mecanizada, industrializada e produtiva.

O projeto começa em São Paulo, com empresas associadas ao SindusCon-SP, mas a ambição é maior. Se o modelo for validado, poderá ser levado a canteiros de obras de todo o Brasil.

Sabemos erguer edifícios, cidades e infraestrutura. Agora, com as Trilhas Profissionais da Construção, queremos deixar igualmente claro que também sabemos construir caminhos para uma carreira profissional.

LUCAS BERLANZA

Presidente da Diretoria Executiva - Instituto Liberal

Quem pode enfrentar os abusos do STF?

Questionado sobre as candidaturas ao Senado que vêm assumindo a bandeira do impeachment de ministros do STF que estão abusando de sua autoridade e destruindo a democracia brasileira, Gilmar Mendes garantiu não estar preocupado. Segundo ele, há uma grande diferença entre pensamento e ação.

“É um equívoco, mas é um equívoco compreensível, porque certamente algumas pesquisas indicam que isso tem um apelo eleitoral. Entre o pensamento e a ação, o pensamento e o gesto, vai uma distância enorme. Certamente, se alguém com essa bandeira se tornar senador, terá imensas dificuldades de im-

plementá-la, porque o todo institucional caminhará talvez num outro sentido”, basicamente “ameaçou” Gilmar.

O impeachment é uma bandeira constitucionalmente prevista e é totalmente legítimo tentar lançar mão dela em defesa das próprias instituições brasileiras, vilipendiadas de dentro por autoritários incorrigíveis.

Diante de um cenário como esse, em que sequer uma das únicas soluções viáveis sem romper ainda mais com a legalidade do que já estamos

rompidos é tratada como admissível, fica ainda mais patético ter que lidar com argumentos que ainda apelam a abstrações inférteis como “diálogo” e “conciliação”.

O “todo institucional”, na cabeça de déspotas pomposos como Gilmar, significa provavelmente “as minhas ordens”. Ele não deveria mandar no Brasil, e não há diálogo que o convença do contrário. Líderes como ele precisam ser derrotados, não objeto de interlocução. Um país não pode ser refém.